

# GESTÃO SOCIAL DE AGROINDÚSTRIAS EM ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PERNAMBUCO

## Social Management of Agroindustry in Family Farming Associations of Pernambuco

### RESUMO

No presente estudo, objetivou-se analisar experiências de gestão em duas agroindústrias de associações familiares, financiadas pelo Projeto de Combate à Pobreza Rural - PCPR, sob o aspecto da participação social. Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo estudo de caso, utilizando como modelo analítico indicadores referentes ao capital social para compreender o processo de participação e cooperação na gestão desses empreendimentos familiares coletivos. Foram utilizados dados primários obtidos nas duas agroindústrias e suas associações gestoras e também dados de residentes dos locais, por meio de amostragem intencional e por acessibilidade. Ficou evidente a importância da participação e cooperação mútua na potencialização do empreendimento familiar coletivo, uma vez que são meios eficazes para se conseguir bons resultados e sucesso nas relações interpessoais e no desempenho produtivo, como foi verificado nos resultados obtidos.

Micheline Maria da Conceição França Gonçalves  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
line.goncalves85@gmail.com

Tales Wanderley Vital  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
talesvital@hotmail.com

Recebido em: 05/02/2017. Aprovado em: 16/01/2019.  
Avaliado pelo sistema *double blind review*  
Avaliador científico: Renato Silvério Campos  
DOI: 10.21714/2238-68902018v20n2p101

### ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the experiences of family agroindustries that are financed by the Project to Combat Rural Poverty - CPPR, under the aspect of social participation, where such reflection is necessary when it refers to the management of rural family enterprises. It is a descriptive research of a case study, using indicators related to social capital as the analytical model to understand the process of participation and cooperation in the collective family enterprises surveyed. Primary data were obtained from the two Agroindustries and their Management Associations and also from residents of the areas by intentional sampling and accessibility. The importance of the participation and mutual cooperation in the potentialization of the collective family enterprise was evident, since they are effective means to achieve good results and successes in interpersonal relations and productive performance, as it was shown by the results.

**Palavras-chaves:** Participação Social, Agroindústria, Cooperação.

**Keywords:** Social Participation, Agribusiness, Cooperation.

## 1 INTRODUÇÃO

Para Muller e Surel (2004), uma política pública representa um quadro normativo de ação expresso por um conjunto de medidas concretas, constituído por recursos financeiros, intelectuais, reguladores e físicos. A política pública voltada para a implantação e fortalecimento de projetos produtivos da agricultura familiar vem possibilitando grandes mudanças no meio rural, principalmente no que trata da qualidade de vida das famílias envolvidas.

Tais projetos têm se mostrado como instrumentos de viabilidade de ocupação da força de trabalho no meio

rural brasileiro, exercendo impactos importantes na economia do país, principalmente, em razão da diversidade de atividades produtivas que vai além da produção de alimentos, possibilitando a formação de empreendimentos familiares geradores de ocupação e renda.

No entanto, o bom desempenho na organização e gestão desses empreendimentos familiares depende de um maior ajuda mútua e um envolvimento cooperativo e participativo entre os atores envolvidos no processo.

O presente trabalho fez uma análise da participação social em associações e seus respectivos projetos de agroindústrias familiares financiados pelo Projeto de Combate à Pobreza Rural - PCPR, que fez parte da agência

**Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – ProRural.** Tem como referência empírica a Associação Comunitária do Escovão (ACE) situada no distrito de Miracica, do Município de Garanhuns e, a Associação São Severino dos Ramos (ASSR) situada na comunidade do Uruçú, no distrito de Pirauá, do Município de Macaparana, localizadas respectivamente no Agreste e Zona da Mata Norte de Pernambuco.

Tais projetos de agroindústrias surgiram a partir da mobilização da comunidade local com interesse de reduzir perdas de safra de frutas excedentes nessas localidades, gerar ocupação e renda, diminuir a pobreza local, favorecer a segurança alimentar e nutricional no município, aumentar a produção, fortalecer o associativismo e melhorar a educação no campo, além de potencializar as capacidades desses distritos.

A agência Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – ProRural, executora do PCPR, tinha como missão coordenar, implementar e apoiar políticas de desenvolvimento rural sustentável voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais de Pernambuco.

Contudo, registrou-se um grande número de insucessos de projetos produtivos da agricultura familiar financiados pelo PCPR, especialmente na tipologia de agroindústria familiar, do que surge a seguinte questão: Qual a influência da participação social sobre a implantação e o funcionamento dos projetos de agroindústria da agricultura familiar?

Nesse sentido, objetivou-se, nesta pesquisa, analisar a experiências de agroindústrias do Projeto de Combate à Pobreza Rural - PCPR sob a gestão do ProRural, que são projetos produtivos agroindustriais da agricultura familiar instalados em comunidades rurais em Pernambuco, verificando os aspectos de sua sustentabilidade, por meio da participação social.

Para atender ao objeto da pesquisa, foi utilizado, como será visto adiante, um modelo analítico formado por grupos de indicadores que permitiram identificar o processo de participação social que possibilitou a implantação e o funcionamento de cada projeto de agroindústria, analisando a influência dessa participação social no sucesso ou insucesso do empreendimento familiar coletivo, estendendo essa análise à verificação do atendimento de necessidades básicas da comunidade local dentro do contexto das duas situações trabalhadas.

Assim, faz-se necessário realizar um recorte teórico e empírico acerca da participação do capital social frente

aos projetos de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento rural.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 2.1 A Participação como Indutora do Capital Social

O conceito de capital social já havia sido identificado de forma implícita em 1835, na obra “*A Democracia na América*” de Tocqueville (1969). Esse autor, mesmo sem ter usado o referido termo, deixou-o presente ao falar da comunidade cívica que tornava peculiar os Estados Unidos, ao fazer uma relação entre vida associativa e democracia. Tocqueville (1969) apontou a participação dos indivíduos em associações comunitárias que se pode traduzir pelo conceito de capital social como influente no funcionamento e consolidação da democracia.

O conceito de capital social de forma explícita foi estabelecido por Lyda Hanifan no início do século XX com o artigo “*The rural school community center*” (1916). A autora definiu-o como a unidade social que resulta das relações entre indivíduos e famílias. Desde então, passou a ter uma certa aceitação, repercussão e uso nas ciências sociais, mesmo estando ainda em discussão a precisão conceitual (CREMONESE, 2012).

Na década de 1990, Robert Putnam popularizou o conceito ao defender que o capital social diz respeito “[...] a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas por meio da participação” (PUTNAM, 2006, p. 177).

O tema capital social se tornou elemento de análise da participação social, a partir do estudo desenvolvido por Putnam (2006) na Itália para o período de 1970-1990, no qual, concluiu que o envolvimento ou participação cívica é extremamente importante para o bom funcionamento das comunidades locais. Por conseguinte, a noção de “envolvimento cívico” e “participação cívica” tornou-se variável para compreender as ligações das pessoas com a vida das suas comunidades e não apenas as suas ligações políticas. Enfatiza ainda que “os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo...” (PUTNAM, 2006 p.183).

No entanto, “... essa cooperação que faz as pessoas permanecerem juntas, não pode se instalar, se ampliar e se reproduzir, se ela se relacionar apenas de forma vertical,

como uma pirâmide, numa relação de subordinação, onde um sempre depende da ordem do outro” (FRANCO, 2001 p.127). Ainda segundo o autor, na relação vertical de uma organização, subordinação e dependência impedem a geração, acumulação e a reprodução do capital social. Portanto, a melhor forma de se conseguir uma cooperação de qualidade é numa organização horizontal onde as pessoas sejam interdependentes.

Quanto a esse sistema de organização, Putnam (2006) explica que uma organização vertical costuma ser menos confiável que a horizontal, em parte porque o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração.

Então, pode-se dizer que uma organização horizontal e uma relação de interdependência levam a uma autonomia e, geram uma relação de parceria entre as pessoas, e uma maior visão sobre a importância da participação para um bem coletivo. Esse enfoque dado ao conceito do capital social possibilita compreender a abrangência no que tange ao aspecto da participação.

Lima (2005) argumenta que o capital social funciona como indutor de relações de confiança entre Estado e Sociedade e, assim, o torna elemento crucial para estabelecimento de políticas públicas participativas e mais eficientes.

Segundo Horochovski e Meirelles (2007), normalmente as organizações cidadãs surgem da capacidade da sociedade civil de formar redes sociais de ajuda mútua que empoderam os indivíduos membros das sociedades, por meio da ação coletiva, o que promove o surgimento de uma democracia participativa.

O empoderamento pode ser entendido como o envolvimento dos indivíduos na gestão política e econômica das localidades, através da descentralização, do repasse de responsabilidades e da democratização do poder. Estes passam a interagir melhor, compreender e assumir responsabilidades e as consequências, o que permite um maior poder de decisão na sua comunidade, assim como o surgimento e crescimento do civismo e, por conseguinte, um aumento na participação social (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007 p. 68).

Corroborando com a ideia da participação, numa visão mais ampla, Jacobi (2003) enfatiza que a participação social pode ser considerada como um processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso.

Desse modo, a partir do momento em que se permite a criação de novos caminhos para a participação da sociedade, visando à tomada de decisão no que se refere

aos projetos de gestão local, a própria comunidade passa a ser protagonista de seu bem-estar. Assim também pode ser considerado no meio rural, junto aos empreendimentos da agricultura familiar, que não escapam da lógica do capital social.

## 2.2 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e o Meio Rural

A modernização da agricultura familiar passa pela análise do desenvolvimento do setor, por meio de projetos de políticas públicas. Por isso, um dos grandes responsáveis pela transformação da produção da agricultura familiar, têm sido os projetos e os programas públicos de desenvolvimento voltados para esse campo, em especial os voltados para a geração de renda e agregação de valor à produção. Hoje a agricultura familiar brasileira contempla grande diversidade cultural, social e econômica, podendo variar desde a pequena produção tradicional até a pequena produção modernizada.

Vale ressaltar que o termo “agricultura familiar” surge no Brasil em meio a uma série de discussões da reforma agrária, em razão das mudanças no meio rural com o fortalecimento dos movimentos sociais, e com a modernização produtiva no campo. Essa modernização é decorrente de um processo de industrialização do setor, desde o pós-guerra, surgindo para viabilizar uma produção de base moderna voltada para atender ao processo de urbanização do país.

As políticas públicas para a agricultura, até meados da década 1990, eram mais direcionadas para o setor patronal, sendo restrito o acesso a recursos financeiros para a produção do segmento identificado hoje como agricultura familiar. Tais políticas, nas últimas décadas, foram direcionadas, principalmente, para as políticas agrícolas, já que a política agrária foi sempre marginal ou inexistente, sobretudo a de acesso à terra (DENARDI, 2001).

Nesse sentido, salienta-se que as políticas agrárias, Compõem um universo de medidas que tem como objetivo principal a modificação estrutural do sistema produtivo ou a adequação deste às necessidades da sociedade, já as políticas agrícolas podem ser conceituadas como um conjunto de instrumentos de que o governo lança mão para regular o comportamento dos agentes privados e para orientar os organismos públicos, com vistas a atingir os objetivos definidos para o setor primário (ARBAGE, 2006, p. 201).

É importante diferenciar para saber que a política agrícola beneficia diretamente aos pequenos agricultores,

na criação de linhas de crédito, havendo uma interação entre cooperativas e/ ou associações de agricultores familiares que precisam de um apoio técnico- financeiro especializado.

O primeiro instrumento criado para financiamento da produção agrícola em nível nacional foi o crédito rural em 1965, esse instrumento sofreu grandes mudanças em seus objetivos e estrutura ao longo dos anos (ARBAGE, 2006). Segundo o autor, esse instrumento de crédito pode ampliar a oferta de alimentos no país, difundir uma determinada cultura numa região, dinamizar projetos que viabilizem a implantação de agroindústrias familiares, ou mesmo, outros objetivos que estejam mais voltados aos aspectos de infraestrutura nas propriedades rurais.

No Brasil, a política de crédito rural tem sido um instrumento que visa a fornecer ao agricultor os recursos necessários à produção, quando falta capital próprio para a exploração de uma ou mais culturas, ou exploração de atividades diversas, como o beneficiamento dos produtos agrícolas, por meio de projetos agroindustriais.

Nos últimos anos, é inegável o crescimento de programas e linhas de crédito adotadas pelo governo como meio de buscar o desenvolvimento rural nas propriedades agrícolas familiares. Um dos primeiros foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), lançado em 1996, em resposta às pressões dos movimentos sociais no campo. Financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Esse programa permanece até os dias atuais, mas ainda esbarra na burocracia, na falta de assistência técnica eficiente e nas limitações dos produtores em lidar com os recursos obtidos (BARBOSA *et al.*, 2012).

Além deste, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): implantado desde 1955, garante a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Vinculado a esse programa o governo criou uma opção de mercado para a agricultura familiar, comprando produtos agrícolas dos pequenos agricultores e utilizando-os na merenda escolar (BARBOSA *et al.*, 2012).

Uma das ações governamental voltadas ao pequeno produtor rural, que vem merecendo destaque, tem sido o de beneficiamento de frutas, por meio de atividades agroindustriais de base familiar, para que esses agricultores possam fornecer seus produtos no mercado, como meio de valorizar e potencializar a produção e a renda familiar. Projetos negociados pelo governo com o Banco Mundial, como o PCPR, incluíram componentes como o de

unidades industriais, que são financiadas à fundo perdido para comunidades rurais, por meio de suas associações. Para Grisa e Shneider (2003) é fundamental a existência de condições favoráveis para que haja o fortalecimento das políticas sociais e da construção de novas inserções mercantis da agricultura familiar que favoreçam o desenvolvimento rural.

As diversificações das atividades da agricultura familiar, ou a pluriatividade como também é chamada, têm apresentado resultados positivos na absorção do trabalho familiar e na geração de emprego, apontando significativos aumentos na renda dos agricultores, contribuindo positivamente com o orçamento das famílias e o desenvolvimento das localidades. No entanto, tal resultado só tem se mostrado positivo com a potencialização da participação social.

### 2.3 Modelo Teórico Adotado

Os indicadores utilizados para a mensuração do capital social foram os definidos por consultores do Banco Mundial, em 1999, para verificar o comportamento desse capital em relação aos *perfis de entrada e estudos de desempenho físico* de projetos locais integrantes do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) financiado pelo Banco.

Nos referidos estudos, foram desenvolvidos indicadores de avaliação do Capital Intangível ou Social com base no trabalho de Putman (1993), para aplicar nas comunidades dos municípios beneficiados pelos projetos locais. Contudo, só uma parte desses indicadores foram utilizados (SAMPAIO & VITAL, 1999 e 2000). Outros indicadores elaborados por esses autores, ficaram disponíveis e só agora foram considerados, neste estudo, para compor o modelo teórico, sendo os mesmos:

- Indicadores do capital social da associação: i) *participação da comunidade na associação*; ii) *participação da associação no município*; iii) *participação efetiva dos associados na associação*; iv) *participação dos associados nas votações da diretoria*; v) *renovação na diretoria*; vi) *realização de assembleias*; vii) *presença nas assembleias*.
- Influência da participação no funcionamento do projeto produtivo : i) *membros da equipe do projeto que são sócios da associação*; ii) *gerência do projeto e a participação em cargo na associação*; iii) *treinamento de pessoas da associação em decorrência do projeto*; iv) *escolha de equipe do projeto*; v) *interação cooperativa entre associação e projeto*; vi) *mobilização da gerencia do projeto*

com apoio da direção da associação na perspectiva de obter capital de giro; vii) expectativa em relação ao projeto.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa possui natureza exploratória, sendo caracterizada como descritiva e analítica (CRESWELL, 2010). É do tipo estudo de caso (GIL, 2011) voltada para verificar a gestão social de unidades agroindustriais (duas) fornecidas pelo PCPR, uma a Associação São Severino dos Ramos (ESSR) em Uraçu – Macaparana/PE e outra a Associação Comunitária do Escovão (ACE) em Mira Cica, Garanhuns/PE.

A seleção dessas unidades decorreu do fato de serem as únicas ainda em funcionamento das entregues pelo PCPR a comunidades no Estado. Severino (2007) considera o estudo de caso com uma investigação empírica que analisa o objeto de estudo em seu contexto real e envolve, de forma concomitante, planejamento, técnicas de coleta de dados e análise. Pode contemplar abordagem qualitativa e quantitativa, permitindo um aprofundamento maior da situação do capital social dessas unidades.

A pesquisa teve como *modelo analítico*, um conjunto de indicadores que permitiu verificar por associação pesquisada, o *capital social e o funcionamento do projeto de agroindústria na perspectiva desse capital social*. Esses indicadores foram levantados na ASSR e ACE e suas respectivas agroindústrias, cujos elementos de quantificação e qualificação dos mesmos são adiante apresentados.

I- Indicadores para Verificar o Capital Social por Associação:

i) Participação da comunidade na associação

PCA1= n° membros da associação/população total da comunidade

PCA2= n° de famílias da associação/ total de famílias da comunidade

ii) Participação da associação no município

PAM1 = membros da associação candidatos a vereador/ n° membros da associação

PAM2 = membros da associação eleitos vereador/ n° membros da associação

iii) Participação efetiva dos associados na associação

PEA1 = sócios adimplentes em 2012/total de sócios

PEA2 = % de sócios adimplentes em 2012 / % sócios adimplentes no ano da fundação

iv) Participação dos associados nas votações da diretoria  
PAV1 = % de sócios votantes na última eleição da diretoria/% votantes na 1° eleição

PAV2 = n° de sócios que votaram na primeira eleição da diretoria/n° total de sócios

v) Renovação na diretoria

RD1= n° de associados permanentes na 2° e na atual diretoria/total de cargos da diretoria

RD2= n° de associados permanentes na penúltima e na atual diretoria/total de cargos da diretoria

vi) Realização de assembleias

RA= n° de assembleias realizadas em 2012/n° de assembleias realizadas em 2011

vii) Presença nas assembleias

PA= Presença média de filiados nas assembleias em 2012/Total de filiados em 2012

II- Indicadores para Verificar o Funcionamento do Projeto por Associação na Perspectiva do Capital Social:

i) Membros da equipe do projeto que são sócios da associação

MP1- número de membros sócios da associação que participam da equipe do Projeto/ número de membros da equipe do Projeto;

ii) Gerência de projeto com participação em cargo na associação

GP1- responsável pelo projeto com cargo na associação

iii) Treinamento de pessoas da associação em decorrência do projeto

TP1- número de pessoas da associação que receberam treinamento

iv) Escolha da equipe do projeto

EE1- escolha pela ordem de classificação no treinamento

v) Matéria- prima para o projeto

MPI- locais de obtenção da matéria prima

vi) Interação cooperativa entre associação e projeto

IC1- interação tratada em reuniões da associação com seus associados

vii) Mobilização da gerência do projeto com apoio da direção da associação na perspectiva de obter capital de giro

MG1- tratada em reuniões da diretoria da associação com associados

viii) Expectativa em relação ao projeto

EX1- manifesta pelos sócios da associação

A pesquisa utilizou dados secundários obtidos no ProRural e em outras fontes, e dados primários do levantamento de campo, onde foram adotadas duas técnicas de coleta a saber;

1. *Observações in loco* – para identificar das condições de trabalho e relacionamento entre os membros da comunidade, da associação e do projeto, objetivando a coleta de dados fundamentais para o entendimento e explicação do problema de pesquisa, se fez necessário registro fotográfico. Essas observações foram obtidas no período de julho à outubro de 2013.

2. *Questionário* – para responder aos objetivos da pesquisa e obter os indicadores propostos relativo ao público diferenciado, que estava direta ou indiretamente envolvido por localidade, na organização de cada associação e respectiva agroindústria, utilizaram-se como instrumento de coleta 4 tipos de questionário. Na Tabela 1, apresenta-se o quantitativo de 71 questionários aplicados nos 4 grupos de pessoas participantes do levantamento, para as quais os questionários foram direcionados: 20, com *membros das associações*; 11, com *associados que são membros das agroindústrias*; 6, com *lideranças locais das comunidades*; e 34 com não sócios moradores das localidades pesquisadas. A amostra foi intencional e por acessibilidade (GIL, 2011).

A análise de conteúdo sugere a organização dos significados abordados por meio de sua categorização, o qual consiste num “procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles” (MORAES, 1999 p 12). Após a classificação e categorização dos dados levantados, procedeu-se à análise qualitativa e quantitativa dos mesmos, o que

possibilitou visualizar a dinâmica da participação social nos dois empreendimentos agroindustriais, como verificado adiante.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 O Capital Social por Associações

Foi possível identificar resultados que inferem o funcionamento do projeto produtivo por associações na perspectiva do capital social, conforme o grupo de indicadores a seguir, conforme descrito a seguir e sintetizado na Tabela 2 de acordo com o modelo analítico.

#### *i) participação da comunidade na associação*

Analisando à participação da comunidade na associação, constata-se, de acordo com a Tabela 2, que a ASSR da comunidade do Uruçú em Macaparana /PE, apresentou uma maior representatividade na comunidade se comparada a ACE da comunidade de Miracica em Garanhuns/PE. Embora exista um conhecimento relacionando à importância da atividade de produção de alimentos pela agroindústria familiar e de agregação de valor ao produto, aproveitando a safra na região e também possibilitando melhor ocupação e renda, percebe-se ainda pouco envolvimento das comunidades com as associações, especialmente na ACE.

#### *ii) participação da associação no município*

Verificando a participação efetiva da associação no município, vê-se na ACE uma maior unidade política, e em ambas, ACE e ASSR, pouca participação dos associados nas associações. O mesmo vale para a participação das associações nos respectivos municípios.

#### *iii) participação efetiva dos associados na associação*

No que se refere à participação dos sócios na associação, buscou-se inicialmente identificar essa

**TABELA 1** – Número de questionários aplicados aos participantes do levantamento de campo

Questionário por Tipo de participante	Nº Aplicados em Garanhuns	Nº Aplicados em Macaparana	Total
Q1 – Associado da Associação	11	09	20
Q2 – Membro da agroindústria	8	3	11
Q3 – Liderança local	4	2	6
Q4 – Não sócio – morador do local	20	14	34
Total	43	28	71

Fonte: Dado da pesquisa, 2014

participação, por meio dos registros de pagamentos dos associados, de suas taxas de contribuição. Tomando como base o ano de fundação de cada associação comparativamente ao ano de 2012, registra-se que a contribuição financeira dos associados para manter a associação é mais presente na ASSR do que na AEC. Na ASSR no ano de fundação (1995), a adimplência era maior do que em 2012, apesar de, neste último ano, se registrar um pequeno aumento do número de sócios.

O pagamento da contribuição mensal às associações por seus associados deve ser entendido como um atributo de participação pouco expressivo. Isso porque, a participação pode ser explicada por várias razões e uma delas, é o próprio interesse individual

dos sócios, principalmente, no que diz respeito aos benefícios advindos da associação e do projeto, provocando, assim, uma maior adimplência. Esse comportamento foi percebido na ASSR, onde os sócios têm medo de deixar de pagar a taxa fixada e perderem o direito de receber os benefícios presentes e futuros advindos da associação.

#### *iv) participação dos associados nas votações da diretoria*

O nível de participação dos associados também foi identificado, por meio da participação nas eleições de diretoria de ambas as associações. Vê-se que para ambas as organizações houve uma queda significativa da participação dos associados nos processos eleitorais.

**TABELA 2** – Indicadores do capital social das associações

Indicadores	Associação São Severino dos Ramos – Macaparana/ Uruçú	Associação Comunitária do Escovão – Garanhuns/ Miracica
Participação da Comunidade na Associação		
PCA1= membros da associação/população total da comunidade	64/1.200= 5,30%	75/8.000= 0,93%
PCA2= número de famílias da associação/ total de famílias da comunidade	56/204= 27%	75/3.500= 2,14%
Participação da Associação no Município		
PAM1 = membros da associação candidatos a vereador/ membros da associação	2/64= 3,12%	1/75= 1,30%
PAM2 = membros da associação eleitos vereador/membros da associação	1/64= 1,50%	1/75= 1,30%
Participação Efetiva dos Associados na Associação		
PEA1 = <b>sócios adimplentes em 2012</b> /total de sócios	45/64= 70%	40/75= 53%
PEA2 = % de sócios adimplentes em 2012/ % sócios adimplentes no ano da fundação	70/80= 87,5%	53/100= 47%
Participação dos Associados nas Votações da Diretoria		
PAV1 = % de sócios votantes na última eleição da diretoria/ % votantes na 1º eleição	31/100= 31%	47/100= 47%
PAV2 = <b>nº de sócios que votaram na primeira eleição da diretoria/nº total de sócios</b>	62/62= 100%	30/30= 100%
Renovação na Diretoria		
RD1= <b>nº de associados</b> permanentes na 2º e na atual diretoria/total de cargos da diretoria	3/6= 50%	5/6= 83%
RD2= <b>nº de associados</b> permanentes na penúltima e na atual diretoria/total de cargos da diretoria	3/6 = 50%	2/6= 33%
Realização de Assembleias		
RA= nº de assembleias realizadas em 2012/nº de assembleias realizadas em 2011	5/6= 53%	8/10= 80%
Presença nas Assembleias		
PA= presença média de filiados nas assembleias em 2012/ total de filiados em 2012	30/64= 46%	50/75= 66%

Fonte: Dados de levantamento, 2014

Contudo, os sócios da ACE estavam mais presentes nas votações da diretoria, do que os da ASSR.

O processo de escolha de membros, por meio do voto para representar um grupo é uma forma democrática onde é dado o direito aos participantes de tomarem importantes decisões.

A democracia é um arranjo institucional para se chegar a certas decisões que sejam relativas ao bem comum de uma coletividade, cabendo ao próprio grupo decidir, por meio da eleição, sobre os indivíduos que se propõem a assumir esse papel. A elevação dos índices de capital social pode ter efeitos positivos pelo seu impacto sobre esse processo de escolha.

#### **v) renovação da diretoria**

A ASSR possui um total de 6 cargos de diretoria, onde foi constatada mudança de membros de sua penúltima para a atual diretoria. De sua segunda para atual diretoria constataram-se mudanças de 3 membros na diretoria: o presidente, o tesoureiro e o secretário, ou seja, representou uma mudança da metade dos membros.

A ACE também possui uma diretoria de 6 cargos. Na ocupação desses cargos, durante o tempo de atividade da associação, houveram mudanças da penúltima para a atual diretoria, do presidente e vice-presidente, permanecendo os demais membros. De sua segunda diretoria para a atual, houveram mudanças de vários membros da diretoria, incluindo tesoureiro, vice-tesoureiro, secretário, vice-secretário e vice-presidente, ou seja, houve uma maior rotatividade dos membros da diretoria, nessa associação, cerca de 5 mudanças consecutivas. A permanência no cargo é de 2 anos, podendo os membros serem reeleitos por mais 2 anos, segundo o estatuto da associação. Nesse caso observado, configura-se um maior envolvimento e oportunidade para o grupo associado, uma vez que houve uma maior participação dos sócios em cargos da diretoria.

A importância da oportunidade dada a outros membros do grupo para participar em cargo de decisão numa organização pode estabelecer uma confiança mútua entre os envolvidos, tomando-se o empoderamento (*empowerment*) do cidadão como um fator que pode levá-lo a ter um juízo maior sobre os valores sociais e coletivos. O procedimento contrário pode causar uma fragilização ou, até mesmo, ruptura nas relações de confiança do grupo, resultando numa participação limitada e uma falta de cooperação e solidariedade para com a organização, como pôde ser verificado no grupo da ASSR.

A confiança entre as pessoas também é um fator importante para um bom desempenho institucional. E, constatou-se que é necessário elevar o nível de confiança entre os membros da ASSR para que possam continuar suas atividades com êxito e reciprocidade mútua e, com isso, atingir um nível desejável de satisfação coletiva.

Em virtude dessa baixa confiança, foi verificada pouca interação entre as pessoas que compõem essa associação. Por isso, é visível que nem todos assumem os compromissos firmados em reuniões, inviabilizando o alcance de maiores níveis de compromisso e interação entre os sócios em relação ao desempenho das atividades da ASSR.

#### **vi) realização de assembleias**

Quanto às realizações de assembleia nas associações, tomou-se como referência os anos de 2011 e 2012, na intenção de identificar se houve aumento ou diminuição do número de assembleias realizadas; o resultado foi a diminuição do número de assembleias para ambas as associações.

#### **vii) presença nas assembleias**

Outra análise foi quanto à presença dos sócios nas assembleias. Para isso, foi avaliada a presença média de filiados em assembleias em 2012, em relação ao total realizada no mesmo ano. Na ACE, essa presença foi mais significativa comparada a ASSR. Nesta última, tem-se um baixo envolvimento dos associados nas atividades desenvolvidas no âmbito interno da associação, diferentemente da ACE. Logo, torna-se necessária uma maior articulação entre os membros, no sentido de melhorar o desempenho da associação.

De um modo geral, a maioria dos sócios de ASSR sempre participam das reuniões em que são convocados. Contudo, poucos são os que se posicionam nessas oportunidades, apresentando propostas para novas ações, sendo uma atuação bastante passiva frente ao que está sendo discutido, e que pode ser de interesse dos próprios associados.

Rick Maurer (2002 *apud* STAUFFER, 2007) em seu livro *Why Don't You Want What I Want?* afirma que vencer resistência exige investigação e disposição para escutar. O autor explica que a questão é o relacionamento e não a ideia de mudança, abordar os aspectos interpessoais pode fazer toda diferença.

Por isso, a identificação da presença dos associados da associação nas assembleias é de suma importância para o grupo, visto que essa presença pode funcionar como uma



ferramenta que possibilita aos atores envolvidos exercerem o papel de cidadãos e agirem como indutores das decisões no que compete às questões que envolvem os benefícios para todos os membros associados e que, na maioria das vezes, são também extensivos à comunidade.

#### 4.1.1 Síntese sobre o capital social das associações

Dos resultados obtidos, infere-se que, na ASSR a participação foi satisfatória para os indicadores que dizem respeito aos aspectos externos ao funcionamento da unidade: *participação da comunidade na associação; participação da associação no Município; e participação efetiva dos associados na associação em relação à adimplência*. Essa participação não inclui questões que dizem respeito ao envolvimento de seus sócios nas discussões e decisões referentes ao funcionamento da associação.

No caso da ACE, os resultados mostraram-se positivos, para os indicadores de: *participação dos associados nas votações da diretoria; realização de assembleias; e presença nas assembleias*. Esses indicadores registram uma participação mais efetiva dos sócios nas decisões de condução das atividades da associação.

Então, não se pode generalizar que a participação de um grupo da comunidade na associação comunitária possibilitará uma maior disposição do grupo a informar-se, discutir e participar das decisões. Para que isso ocorra, dependerá dos valores de cada grupo em particular, conforme sejam os interesses de cada um deles. Nesse sentido, o capital social tem relação com as identidades individuais que expressam competências sociais para ações coletivas, como práticas que têm influência na disposição do indivíduo em participar de processos decisórios, com consequência sobre as atividades e projetos.

#### 4.2 Funcionamento do Projeto por Associação, na Perspectiva do Capital Social

Neste tópico, o objetivo é apresentar, em cada associação, como funciona o projeto da agroindústria, a participação e envolvimento dos associados e, a influência do projeto na associação, conforme descrito a seguir e sintetizado na Tabela 3, de acordo com o modelo analítico.

##### *i) membros da equipe que são sócios da associação*

Os grupos que operam os projetos são formados de famílias residentes nas comunidades rurais onde os mesmos estão instalados. São agricultores familiares associados das respectivas associações. Esse é um ponto

positivo a ser destacado pelo fato de que existe uma relação direta de membros dos projetos com as associações e vice-versa.

##### *ii) gerência do projeto e participação em cargo na associação*

Aqui o que pôde ser constatado é que cada unidade agroindustrial possui um gerente que é o presidente da associação. Isso pode significar uma centralização das decisões e impossibilitar novas direções e novas possibilidades do processo decisório para ambas unidades agroindustriais.

Atualmente, o modelo de gestão e a estrutura organizacional utilizada no processo de comercialização do *mix* de produtos e serviços das agroindústrias pesquisadas não seguiram conforme os projetos propostos.

A unidade de beneficiamento da ASSR, encontra-se operando com uma baixa capacidade produtiva. O modelo de gestão tem por base três coordenações setoriais distribuídas em: coordenador técnico, coordenador financeiro e coordenador de comercialização, além dessas coordenações a unidade conta com 4 pessoas na produção.

A organização da unidade de beneficiamento da AEC está constituída pelos seguintes setores: controle de produção, controle de vendas e controle de abastecimento, onde, para cada um desses setores existe um membro responsável, já as atividades de beneficiamento ocupam 9 membros.

##### *iii) treinamento de pessoas da associação em decorrência do projeto*

Para uma boa execução das atividades produtivas em unidades de beneficiamento de alimentos é necessária a capacitação dos responsáveis pelas etapas do processo de produção.

Na ASSR, foi realizada uma série de cursos direcionados à atividade produtiva em áreas como associativismo, processamento de alimentos, educação higiênica e sanitária, produção com qualidade, e novas tecnologias. Os treinamentos ocorridos para a execução das atividades do projeto de agroindústria resultaram na capacitação de 20 associados, que participaram de cursos sobre: introdução à qualidade, iniciação técnica empresarial, embalagens de alimentos, educação ambiental, processamento artesanal de frutas, boas práticas de manipulação e fabricação de alimentos. Além desses cursos, outros foram administrados, como processamento artesanal de frutas.

A ACE foi contemplada com cursos de capacitação para formar a equipe da agroindústria. Esses cursos foram dados para 20 associados e trataram de: desenvolvimento de produtos; gestão de produção; controle de qualidade; manipulação de alimentos; gestão empresarial (finanças e controle); capacitação em comercialização; capacitação em logística de compras e entregas.

Essas capacitações da ASSR e ACE, foram realizadas por diversas instituições: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado; Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA); Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Garanhuns (UFRPE/UAG); Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) e Banco Bradesco.

#### iv) escolha de equipe do projeto

Quanto à escolha dos membros para compor a equipe de cada agroindústria, foi decidido para ambos os projetos, que as pessoas associadas que foram capacitadas e obtiveram melhor aproveitamento nos

cursos e também que se destacaram nas atividades, fariam parte da equipe, mediante seleção por votação dos associados, segundo relato dos presidentes das associações.

#### v) Aquisição de matéria prima para o projeto

Quanto à aquisição de matéria- prima utilizada na produção, na agroindústria da ACE, no início de suas atividades, a matéria- prima o caju com a castanha, era originária da produção local dos associados e de sítios vizinhos. Outras frutas passaram a ser utilizadas na fabricação de doces, como a goiaba, o mamão, coco da baía e a abobora.

A agroindústria da ASSR não tem utilizado produtos da região como havia sido proposto na elaboração do projeto. A única matéria- prima local utilizada tem sido a jaca que tem safra sazonal. A fruta não é destaque de produção do município e muito pouco se produz. Em razão da sazonalidade no fornecimento dessa matéria- prima, a agroindústria não tem produzido doce de jaca o ano inteiro; produz apenas quando há disponibilidade local ou quando compra a matéria- prima fora da localidade.

**TABELA 3** – Indicadores de funcionamento do projeto por associação na perspectiva do capital social

Indicadores	Associação São Severino dos Ramos – Macaparana/Uruçú	Associação Comunitária do Escovão – Garanhuns/Miracica
Membros da equipe do projeto que são sócios da associação MP1- número de membros sócios da associação que participam da equipe do Projeto/ número de membros da equipe do Projeto	8/8= 100%	12/12=100%
<b>Gerência do projeto e a participação em cargo na associação</b> GP1- responsável pelo projeto com cargo na associação	A gerência é do presidente da associação	A gerência é do presidente da associação
<b>Treinamento de pessoas da associação em decorrência do projeto</b> TP1- número de pessoas da associação que receberam treinamento	20 sócios	20 sócios
<b>Escolha de equipe do projeto</b> EE1- escolha pela ordem de classificação no treinamento	Pessoas sócias com melhor desempenho no treinamento dado	Pessoas sócias com melhor desempenho no treinamento dado
Matéria prima para o projeto MP1- locais de obtenção da matéria prima	Produção local e compra em feiras a varejo	Produção local e compra em redes atacadistas
Interação cooperativa entre associação e projeto IC1- interação tratada em reuniões da associação com seus associados	Através do envolvimento dos associados	Através do envolvimento dos associados
<b>Mobilização da gerência do projeto com apoio da direção da associação na perspectiva de obter capital de giro</b> MG1- tratada em reuniões da diretoria da associação com associados	Ausente	Presente
<b>Expectativa em relação ao projeto</b> EX1- manifesta pelos sócios da associação	Insatisfatória	Satisfatória

Fonte: Dados de levantamento, 2014

#### *vi) interação cooperativa entre associação e projeto*

No que se refere à interação das associações com os seus respectivos projetos produtivos, foi identificado que uma das ações cooperativas para ambos os projetos é com relação ao envolvimento de sócios das associações nas atividades do projeto produtivo. Seja coordenando, seja executando a produção dos bens da unidade produtiva. Essa interação também foi constatada com relação à utilização de espaços e equipamentos por ambas as unidades. Esse fator pode ser relevante quanto ao desenvolvimento e manutenção do capital social da associação *versus* projeto produtivo, pelo fato de despertar o sentimento de solidariedade e confiança entre seus membros.

#### *vii) mobilização da gerência do projeto com apoio da direção da associação na perspectiva de obter capital de giro*

Outro fator utilizado para identificar o funcionamento dos projetos de agroindústria foi a obtenção de capital de giro. Essa aquisição de capital de giro foi observada na mobilização com essa finalidade pelas gerências dos projetos de agroindústria e pelas diretorias das associações principalmente na ACE. Foi identificado que há uma insegurança por parte das gerências desses empreendimentos, acompanhada pelas **direções das associações**, em conseguir créditos para possibilitar a formação de um capital de giro para atender às necessidades das unidades produtivas, isso em razão da baixa produção, no caso da agroindústria da ACE, e a baixa capacidade produtiva da ASSR, tornando inviável a aquisição desses créditos.

#### *viii) expectativa em relação ao projeto*

Durante as atividades de campo, foi verificada a expectativa de funcionamento dos projetos pelos seus membros. Existia uma insatisfação por parte dos sócios da ASSR quanto ao projeto de agroindústria que, atualmente, encontra-se com baixa produtividade. Quanto ao projeto da ACE, seus sócios mostraram-se satisfeitos com a implantação da agroindústria, tendo uma maior participação com sugestões para aprimorar a gestão do projeto, contudo, há necessidade de melhoria na infraestrutura local para atender às necessidades da unidade produtiva.

#### **4.2.1 Síntese da influência do capital social sobre o projeto de cada associação**

É importante salientar que podem ocorrer mudanças na comunidade, advindas da implantação de projeto de

agroindústria. Esse fator pode ser o indutor de novas relações dentro da comunidade, possibilitando um maior envolvimento das pessoas nas atividades da associação e do seu projeto produtivo. A participação nas assembleias de sócios da associação nas decisões de gestão do projeto de agroindústria é mais presente na ACE do que na ASSR. Essa participação mais ativa reflete uma expectativa positiva do projeto dentro da comunidade de Miracica comparativamente ao projeto da comunidade de Uruçu.

Assim, quanto mais confiança o grupo tem nos seus componentes, mais elos de cooperação se solidificam em torno dos projetos e atividades da associação. Pois, o capital social tem seus princípios alicerçados na participação, na confiança e na cooperação, que são seus pilares.

## **5 CONCLUSÕES**

O estudo de caso realizado possibilitou compreender a atual situação dos projetos de agroindústria das associações e a influência da participação social da comunidade na manutenção desses projetos. Os indicadores propostos no modelo analítico trataram das questões do capital social das associações e do funcionamento dos projetos das associações na perspectiva do capital social.

Os projetos produtivos das associações foram formados no intuito de desenvolver atividades de beneficiamento para o aproveitamento da safra de frutos da região e gerar ocupação e renda para as famílias, além de potencializar a economia local, porém, não foi possível verificar esses benefícios para os dois casos analisados.

Na ACE da comunidade de Miracica em Garanhuns/PE, percebe-se um maior envolvimento dos sócios e membros do projeto de agroindústria nas questões que competem às decisões e ações que dizem respeito ao funcionamento da unidade de beneficiamento. Contribuindo, assim, para uma maior participação e dinamismo nas atividades exercidas pelos associados para a melhoria da própria agroindústria, além de ter a associação um maior envolvimento nas questões sociais da comunidade.

Nessa unidade industrial, existe uma manutenção das edificações, o capital em equipamentos produtivos foi ampliado, o código de barra para os produtos foi obtido e novos clientes para a venda dos seus produtos foram incorporados, percebendo um processo de expansão da atividade.

No entanto, são encontrados diversos problemas relacionados à produção que podem ser minimizados com ações de melhoria da produção, da assistência

técnica no marketing, e planejamento da comercialização com foco nos mercados, desenvolvimento de produtos, marcas e embalagens e, melhorar a articulação com outros programas governamentais para facilitar o acesso a outras fontes de recursos, além dos que são gerados pela receita da unidade. Pode-se, assim, conseguir recursos para ampliar o capital de giro que foi identificado como um dos problemas na obtenção de matéria-prima para o funcionamento da unidade produtiva. Essas providências podem potencializar o funcionamento da agroindústria.

No caso da ASSR, em Uruçu, Macaparana/PE, a situação é muito complexa. Ficou evidenciada a fragilidade da relação entre os sócios com a presidência da Associação e também com a gestão da agroindústria. O sentimento de desconfiança também foi percebido entre os associados, o que vem prejudicando o envolvimento dos mesmos nas atividades da associação com a agroindústria e a comunidade. Levando em consideração que, quanto maior o nível de confiança, maior a probabilidade de existir cooperação; quando a confiança é estabelecida, gera-se um ambiente propício à participação. Vê-se aqui que o contrário também é verdadeiro. Percebe-se que existe uma relação hierárquica onde apenas a presidência tem poder de decisão na articulação e na organização da associação, bem como, na gestão de sua unidade agroindustrial.

Percebe-se que existe uma relação hierárquica onde apenas a presidência tem poder de decisão na articulação e na organização da Associação bem como de sua unidade agroindustrial.

Além desses, outros problemas foram identificados quanto ao funcionamento do projeto de agroindústria. As instalações são mal cuidadas, o capital produtivo em equipamentos está sendo depreciado. A produção de doce de jaca é sazonal já que não há matéria-prima suficiente na região. As vendas do doce têm sido limitadas à demanda local de compradores nas instalações da unidade e a presidente, tem manifestado certo pessimismo em relação às possibilidades da agroindústria que administra.

Registra-se a necessidade de novas ações relativas à produção e articulação com outros órgãos governamentais vinculados, de modo que possa despertar nos atores locais, a importância desse empreendimento familiar para a comunidade e, para que eles possam ser os próprios agentes transformadores do processo de mudança da realidade da agroindústria.

Mesmo sendo percebido o engajamento e a contribuição do Estado para a implantação e funcionamento dos projetos de agroindústria nas comunidades, os órgãos

públicos não irão substituir o capital social existente nesses locais, embora possa contribuir para o seu fortalecimento. As ações podem ser realizadas por meio de parcerias com instituições de assistência técnica que venham a auxiliar no processo de melhoria do capital social da associação como entidade responsável pelas mudanças. Contudo, os resultados não serão positivos se permanecer a ausência de estímulos à participação. Impedir a participação coletiva gera desconfiança, enfraquecimento das relações, resultando numa falta de colaboração mútua para o bem coletivo.

É importante considerar, entre outros elementos, que o capital social depende de um padrão estruturado de participação, ou seja, a participação das pessoas dificilmente vai existir sem um contexto social favorável, sem um ambiente de fé no esforço coletivo que favoreça a formação de uma unidade entre os membros, internamente, e na própria comunidade.

Diante da situação encontrada, fica claro a importância do capital social para a manutenção do empreendimento familiar e para as relações coletivas, uma vez que a participação e a cooperação de todos é o meio mais eficaz para se conseguir recursos destinados ao bem coletivo.

Os casos estudados permitiram compreender o funcionamento de duas agroindústrias familiares a partir da dinâmica de participação de atores das comunidades rurais e associações que estão envolvidas nesses empreendimentos.

Os resultados apresentados nesta pesquisa que é um estudo de caso, não deve ser estendido a projetos produtivos de outras associações rurais, pois cada uma têm suas características, seus recursos ligados ao modo de produção, suas potencialidades e limitações de administração coletiva.

## 6 REFERÊNCIAS

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Fundamentos da Economia Rural**. Chapecó: Argos, 2006. 272p.

BARBOSA, Roney C. da; ASSUNÇÃO, Heli H. T. de; OLIVEIRA, Iolanda L. de; STURZA José A. I. **Políticas públicas e desenvolvimento rural para Agricultura familiar no Brasil: exemplo do assentamento Fazenda esperança em Rondonópolis – Mato Grosso**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. UFU. Uberlândia, MG. Out. 2012. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufr.br>>. Acesso em: 04/07/2013.

- CREMONESE, Dejalma. Capital social e padrões de participação Político-social em Ijuí – RS. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 61-83, jan.-abr. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br>>. Acesso em 10/10/2018.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes, ed. 3, Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DENARDI, Reni Antônio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecol. e Desenv. Rur.Sustent., Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.
- FRANCO, Augusto. **Capital social e Desenvolvimento: O desenvolvimento local e o mito do papel determinante na economia**. Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED. Maceió, Alagoas, ago/2001.
- GIL, Antônio Carlos, **Técnicas de Pesquisa em Economia**, São Paulo, ATLAS, 1988.
- GRISA, C.; SCHNEIDER. S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. RESR Vol. 52 supl.1 Brasília, 2014
- HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi & MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007. **Anais eletrônicos...** UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS - ISSN 1982- 4602. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br>>. Acesso em: 20 mai. 2013.
- JACOBI, Pedro. Espaços públicos e práticas associativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, v.18, n.1-2, p. 315 -338, dez/2003. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 21 mai. 2013.
- LIMA, J. C. A Teoria do capital social na análise de políticas públicas. **Política & Trabalho**, v.17, Set. p. 46- 63, 2005. Disponível em: [www.biblionline.ufpb.br](http://www.biblionline.ufpb.br)> Acesso em: 13 mai. 2013.
- MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Rev. Educação**. - Porto Alegre, v.22, p. 7-32, 1999.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves A **Análise das Políticas Públicas**, Pelotas: Educat, 2002. 156p.
- PUTNAM, Robert D. **Making Democracy Work:civic traditions in modern Italy**. Princeton NJ: Princeton University Press:1993.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 257 p.
- SAMPAIO, Yony; VITAL, Tales. **Programa de Combate a Pobreza Rural- PCPR: Perfil de Entrada e Estudo de Desempenho Físico**. Governo do Estado de Pernambuco-Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social/ IICA/PRORURAL. Recife. Abril/1999. 89p.
- SAMPAIO, Yony.; VITAL, Tales. Capital Social Intangível: Sua Importância e Mensuração. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: A Agricultura no Limiar do Milênio. **Anais...** Rio de Janeiro: - SOBER, 2000
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. São Paulo. Cortez, 2007, 304p.
- STAUFFER, David. Como conquistar a adesão das pessoas. In: **Gerando Envolvimento da Equipe**. Harvard Business School Press; tradução Lenke Peres – Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 2º reimpressão.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1969.